

TRAVESTILIDADE NEGRA NA EDUCAÇÃO

Um olhar além das fronteiras das salas de aula

José Carlos da Silva

UFF/PENESB / jcs@oi.com.br

Resumo: Esse trabalho apresenta potencial para aprofundamentos e relevância social sobre a questão da travestilidade negra na educação brasileira. Traz um recorte de classe na identidade travesti com uma reflexão sobre os aspectos de gênero, de cor, de classe e região (sudeste e nordeste). Tem como seu objetivo legitimar a construção do ser em face da sua construção de identidade no âmbito acadêmico. Discute-se através de entrevistas realizadas com travestis negras a origem social, econômica e, principalmente, a questão que move todo esse trabalho: a evasão escolar de jovens negras. Neste universo no qual estão entrelaçados preconceito e muita desinformação, diversas travestis e transexuais se perdem da vida escolar e acadêmica e acabam se direcionando para o mercado do sexo. Pontua-se a falta de políticas públicas na travestilidade negra e a falta de preparo do corpo docente e da direção escolar em relação à criança que se chama João, porém habita o corpo de Maria.

Palavras chave: estudo de gênero, travestilidade negra, educação, religião, mercado de trabalho.

Introdução, Objetivos e Fundamentação Teórica

A proposta desse estudo foi levantar a questão do papel da travesti negra na educação tendo como alvo as escolas das redes privada e pública. O objetivo é discutir a ação dos educadores perante o chamado terceiro gênero, o convívio dos colegas na escola, a relação familiar e o futuro dessas travestis perante a sociedade.

Segundo dados registrados na ASTRA (Associação de Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro) é sabido que grande parte das travestis (tendo como base o Rio de Janeiro) não conseguiram concluir o ensino fundamental. A maior barreira está atrelada ao preconceito que a travesti, ainda adolescente, sofre, tanto nas salas de aula quanto no seu ambiente familiar, local onde enfrenta a ira dos pais, irmãos, primos e colegas, principalmente as travestis negras, sendo essas o foco principal desse estudo.

A inclusão social e, conseqüentemente, os direitos humanos nunca estiveram tão presentes na pauta diária. Inúmeras mortes e espancamentos por questões homofóbicas ainda rondam a vida de diversos meninos e meninas que estão em pleno processo de aprendizado nas escolas, segundo dados do Programa Rio Sem Homofobia. Meninos ainda na fase em que a sexualidade está à flor da pele defrontam-se com uma grande barreira: como assumir a figura feminina. Nessa conjuntura, dados do programa revelam que a maioria das vítimas são negras, oriundas da periferia e da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, foco principal do trabalho.

Outro dado importante a ser levantado nesse estudo está atrelado ao perfil sócio-econômico desses adolescentes em pleno processo de construção de identidade. E vai além na questão religiosa, já que muitos vêm de famílias evangélicas que não aceitam a sua identidade sexual.

Nessa transição entre alunos e familiares encontram-se os educadores, muitos ainda presos às antigas metodologias de ensino e que não sabem como tramitar nessa questão tão delicada que ocorre dentro das salas de aula e nos arredores. Porém, essa questão se torna mais abrangente quando o assunto sai das salas de aula e entra em outro território educacional que engloba diretores, coordenadores, inspetores e os pais dos alunos.

Até o momento não se desenvolveu nenhum tipo de política pública educacional voltada para que o educador saiba como tramitar com a questão do gênero na sala de aula e nos arredores. Isso inclui também o corpo da direção, o orientador pedagógico e o processo dos alunos na construção de uma nova frente educacional. Segundo a ativista Majorie Machi, negra, travesti desde os 12 anos, é crescente a evasão escolar a partir do momento em que a instituição não se mostra aberta para gays e lésbicas. Culmina ainda mais quando entra nesse trâmite a hostilidade aos negros. Outro fator determinante para que haja a saída em massa é a impossibilidade da permanência no ambiente escolar não tendo sua identidade de gênero e raça respeitada. Marjorie, infelizmente não está mais presente no nosso dia a dia. Está em outro plano, porém deixou seu legado através das suas conferências nos principais congressos nacionais e internacionais e o seu papel ativista em prol das travestis do Rio de Janeiro.

O que chama atenção nessa questão do terceiro gênero é que o aluno chamado João, José ou outro qualquer nome masculino, quer ter o seu papel definido na sociedade: da travestilidade. Ele não quer assumir a postura de um jovem gay, mas, inicialmente, de uma travesti utilizando todas as indumentárias de uma menina. A questão racial é um tom agravante para a discriminação e hostilidade desses adolescentes. Se jogadores, juízes de futebol e astros de televisão sofrem diariamente o preconceito por serem negros, dá para imaginar como é a situação de adolescentes travestis negras nas escolas. O que eles querem é assumir o papel que lhes cabe e ter os mesmos comportamentos das colegas e até mesmo usar o banheiro feminino, totalmente proibido pelas normas sociais.

Outra questão relevante a ser levantada é que as “portas do armário” desses adolescentes estão abertas desde cedo. Eles não se escondem como outros colegas que ainda têm sua orientação sexual guardada a sete chaves. Eles se expõem e aí entra a questão de como saber lidar nos aspectos educacionais e sociais. Devido ao enorme preconceito que encontram, grande parte acaba abandonando as escolas, largando as famílias e migrando para a chamada marginalidade, a conhecida prostituição. Outros optam pela redução da vida: cometem suicídio. Poucas conseguem ir além da formação básica educacional. É raro encontrar nos corredores dos fóruns da cidade uma advogada negra assumidamente travesti. O mesmo se dá na questão da educação, na medicina, nas forças armadas e no âmbito geral. Raros são os casos como de Julia Dutra, negra

e travesti que assume o posto pela primeira vez na história da educação brasileira de diretora de uma escola da rede estadual do ensino do Rio de Janeiro.

Um dos grandes empecilhos na construção de uma nova identidade também está atrelado à questão cultural. Poucos são os empresários que abrem suas portas para que a travesti possa transitar livremente como qualquer outro funcionário, principalmente quando ela é negra: a discriminação é dobrada. Entrando no mundo capitalista: sabemos que existe preconceito de pais e responsáveis com relação a professores negros, mais ainda se for uma travesti.

Muito se fala em democratização e a criação de uma nova escola com uma mentalidade aberta em que o aluno é mais do que mero ouvinte: ele é ativo, participante e constrói um “novo mundo” junto com os colegas e os educadores tendo total apoio familiar. Porém, o que vemos diariamente é que existe uma corrente tradicionalista que ainda está amarrada aos grilhões do Brasil Imperial quando o negro podia nada mais que servir ao seu senhor. A educação precisa ser revista e é necessária a criação de novas políticas públicas educacionais que englobem a travesti negra que sofre desde a infância o preconceito dobrado.

Segundo dados do Ipea a possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior do que um branco. Esse dado, revelado através de uma pesquisa em 2013, reflete friamente a proposta desse estudo. E o que mais choca na pesquisa é saber que a expectativa de vida de um homem brasileiro negro é menos que a metade que a de um branco. Tudo isso leva a crer que esse estudo é mais do que necessário. Foi feito em estado de emergência num país que possui um panorama tão triste e tão falso, pois uma parcela ínfima da população assume seus preconceitos. “A gente finge que todos são iguais”. A declaração do jogador brasileiro Tinga, vítima de racismo em jogo no Peru, reflete nitidamente o preconceito explícito na sociedade que ainda vive em um processo retardatário.

Procedimentos metodológicos e fontes

As fontes orais através de entrevistas foram a base desse estudo que se transformou em defesa de tese em duas grandes instituições: UFF e PUC, ambas no Rio de Janeiro no qual me especializei em História e Cultura Afrodescendente e “Educação e Relações Raciais”.

As entrevistas ganharam outra esfera para a comprovação do estudo: conversas com educadores, diretores e empresários do ramo da educação em relação ao posicionamento da presença de uma travesti negra em sala de aula. Ouvir os familiares que, por um motivo ou por outro, não deram o apoio significativo para que esses adolescentes dessem continuidade ao estudo e que cedo estavam encarando as calçadas das ruas. Através de entrevistas com travestis que estão posicionadas no mercado de trabalho e com as que abandonaram os estudos logo cedo devido ao preconceito encontrado nas escolas, na família e nos arredores pode-se ter um panorama desse universo que será estudado e exposto de forma que possa contribuir para uma mudança na educação brasileira.

A utilização das fontes orais será de grande valia para que esse estudo possa ter o seu desenvolvimento. Entraram na pauta um psicólogo, travestis negras que conquistaram seus espaços na sociedade atuando na área da educação e cultura; líderes religiosos; associações, ONGs, Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (SuperDir), Centro de Referência da Cidadania LGBT da capital do Rio de Janeiro, Superintendência da Igualdade Racial do governo do Rio de Janeiro, a travesti negra prostituta; cabeleireiras, entre outras tantas profissões autônomas abraçadas por travestis.

O trabalho acadêmico questiona a ausência de travestis negras na esfera capitalista, educacional, mercadológica e intelectual. Jornais, revistas e artigos e reportagens sobre morte, espancamento, violência física e moral foram fontes precisas e necessárias para a construção desse estudo.

Resultados

O trabalho que tem como abordagem a “Travestilidade negra na educação” apresenta com bases fundamentadas através de um estudo minucioso que existe uma lacuna na educação referente ao posicionamento do educador, família e alunos em relação às travestis negras, principalmente adolescentes que começam a se posicionar na sociedade. Grande parte das travestis não consegue completar o ensino fundamental e raras são aquelas que conseguem ultrapassar a barreira do preconceito existente desde o momento em que começa a despertar a sexualidade. Esse trabalho visa impulsionar a criação de políticas públicas educacionais, desmistificar o véu do preconceito recorrente das travestis e ir além à questão racial quando é mostrado friamente que as que mais sofrem são as negras.

Discussão

Ser travesti é considerado por muitos como um grande fardo. Ser travesti e negra dentro do contexto social acadêmico se torna pior ainda. Esse ensaio foi feito para levantar discussões em salas de aula colocando o docente, a direção e a coordenação em foco, o preconceito latente da família e dos discentes e, qual o papel do professor neste cenário binário. O viés de toda dessa construção baseou-se em travestis negras da baixada fluminense e de uma nordestina que sofreram as agruras dos paradigmas preconceituosos do hegemônico grupo eurocentrado.

Conclusão

Ao mergulhar nesse universo desconhecido por muitos, o trabalho acabou se tornando mais investigativo e foi aparecendo a vontade de querer descobrir mais personagens para compor o estudo. A conclusão que se pode ter é que por mais conquistas que o universo LGBT venha alcançando, as jovens travestis negras ainda não estão no público efetivamente favorecido dessas vitórias. Ainda vivem segmentadas sofrendo humilhações, agressões verbais e físicas. Nas entrevistas e nos contatos realizados

percebe-se o sonho de todas em ter uma carreira sólida. Muitas recorreram aos professores e diretores de suas escolas buscando auxílio de como saber lidar com a questão da transformação. Nem sempre obtiveram respostas e alguns, simplesmente fecharam os seus olhos e ouvidos para o que ocorria nas salas de aulas com essas jovens.

Em contrapartida, outras literalmente enfrentaram a homofobia e tocaram suas vidas adiante conquistando seus espaços na sociedade. Coincidência ou não, duas personagens entrevistadas tomaram o rumo do magistério e nas salas de aula lutam para que os alunos olhem com outros olhos para essas questões sociais tão latentes na vida de jovens travestis. A escola tem que ser o local onde as pessoas nunca se sintam inseguras de afirmar e reafirmar sua identidade sexual e/ou qualquer orientação ou segmento a que pertença, dessa forma, deve ser o espaço para o negro, para o homossexual, para o portador de necessidades especiais, sejam elas quais forem... As políticas públicas deverão abarcar os direitos dessas e de todas as outras pessoas... A Educação deverá ser o grande marcador para que a cidadania de fato seja conquistada e que todos, independentemente de sua orientação, gênero e/ou cor, possam questionar e reivindicar sempre os seus direitos!

Agradecimentos

Dedico esse trabalho a Adriano Galvão, meu companheiro de todas as horas e maior entusiasta do meu sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Wagner, Diversidade sexual nas escolas, ABIA, 2010.

BADINTER, Elisabeth. XY: sobre a Identidade Masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca, LDB Passo a Passo. AverCamp, 2010.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”, 1993.

COELHO, Juliana Frota da Justa - Gênero, sexualidade, travestilidade em seu estudo sobre Sexualidades, corporalidades e transgêneros, síntese da monografia do Curso

Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

FARIAS, Marcílio, Triângulo Cor de Rosa, Scortecci Editora, 2007.

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

GREEN, James N, Além do Carnaval, A Homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Ed. UNESP, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado, Pedagogias da Sexualidade. Autentica, 2000.

Gênero, Sexualidade e Educação: uma Perspectiva Pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MODESTO, Edith, Mãe sempre sabe? Mitos e verdades sobre pais e seus filhos homossexuais, Record, 2009.

MORMANT, Christian, Transexualismo – Revista Eletrônica de Psicologia, 1996.

MOTT, Luis, Crônicas de um gay assumido, Record, 2003.

O GLOBO, Jornal, Fundação Roberto Marinho, Cadernos Rio e Prosa e Verso, 2013

RESCIA, Ana P e outros, Dez anos de LDB. Junqueira, 2010.

RETAMERO, Márcio – Crônicas de um pastor gay, Metanoia, 2011.

RORTY, Richard Contingência, Ironia e Solidariedade. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

S!, Revista, TDB Editora, 2012/2013.

TREVISAN, João Silveiro, Devassos no Paraíso, Record, 1986.

VIANNA, Fabrício, O Armário. Vida e pensamento no desejo proibido. Editora Independente, 2006.

VIGOSTKY L.S, A formação social da mente, Martins Fontes, 2010